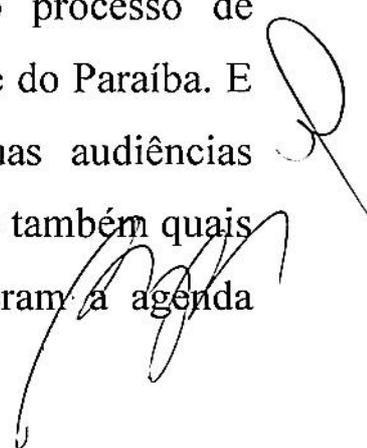
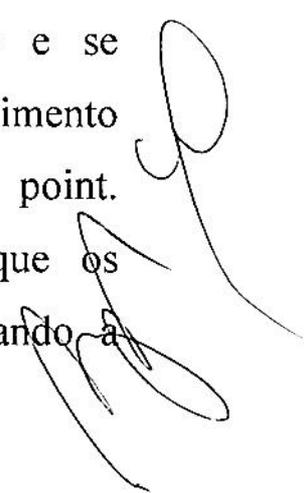


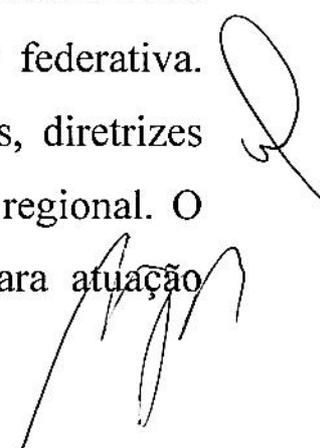
Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, às 14hs, o Presidente Manara dá início a reunião cumprimentando a todos e agradece aos que tiveram disponibilidade de estar presente na plenária e aos que estão participando via remota, dando abertura a reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente. Solicitações e justificativas de ausência de: Ricardo Law, Elizabeth Bismark e Marcos Almeida. Inicia perguntando se todos receberam a minuta das atas da reunião ordinária, do dia dezoito do onze e da extraordinária, no dia vinte e três do onze e se alguém tem alguma consideração a fazer? Alguma solicitação? Aqui na plenária ninguém. Também ali no chat ninguém se manifesta. Então, colocando para aprovação das duas atas ordinária, do dia dezoito do onze. E extraordinária, do dia vinte e três do onze, aprovadas por unanimidade. Segue com dois assuntos em pauta, incluindo mais um. É, para deliberar sobre a agenda de reuniões do ano dois mil e vinte e dois e após a apresentação pela equipe técnica coordenada pela Cíntia Gonçalo, junto com a Rovena Negreiros, que vão comentar como é que está o processo de construção do PDUI para região metropolitana do Vale do Paraíba. E depois fecha, apresentando um relato sobre as duas audiências públicas de criação do processo do parque do Cerrado e também quais serão os próximos passos. Pergunta se todos receberam a agenda



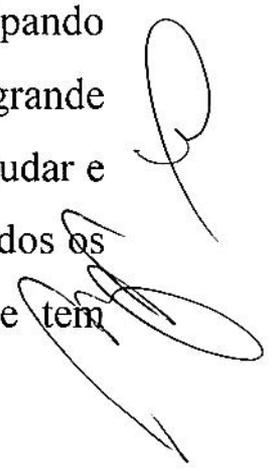
proposta pela secretaria executiva, Marisa, com a grade a partir do dia vinte e seis de janeiro e novamente, como já é de tradição do COMAM, alternando entre quartas e quintas-feiras, ao longo dos meses de janeiro a dezembro. Pergunta se alguém tem alguma consideração a fazer sobre o calendário de reuniões propostos? Aqui, na plenária? Nenhuma manifestação. No chat também nenhuma solicitação de fala. Então, colocando para deliberação, permaneça como estão aqueles que aprovam o calendário de reuniões para o ano de dois mil e vinte e dois, conforme encaminhado pela secretaria executiva. Aprovado também por unanimidade. A seguir Manara já agradecendo imensamente a Cíntia, ao Sérgio Teodoro, que possibilitou trazer esse assunto que é extremamente importante para a região metropolitana no Vale do Paraíba. E, para esse colegiado que é um conselho histórico, muito atuante, a Cíntia conhece, a frente da secretaria de planejamento urbano que é um conselho municipal que realmente participa, se debruça, se interessa por discutir políticas públicas. E, obviamente, um plano diretor da região metropolitana tem inúmeros assuntos que são aqui matéria e pauta desse colegiado. Então, o COMAM, ele demonstra muito interesse em poder também participar e contribuir nesse processo de discussão. Manara passa a palavra para Cintia Gonçalo que agradece pelo convite e se compromete a falar um pouco do plano de desenvolvimento integrado. Uma apresentação pequena, breve, em Power point. Enquanto a Cintia baixa o programa, Manara solicita que os conselheiros presentes que se manifestem por chat apontando a

A large, stylized handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is cursive and appears to be the name of the speaker, Manara.

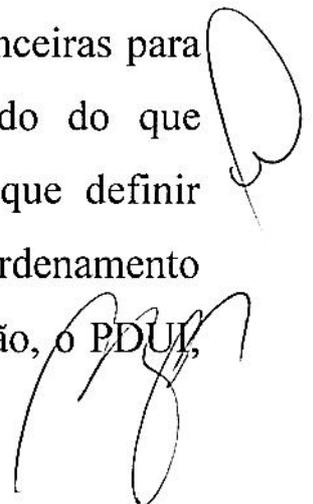
presença, só para ficar registrado na folha de presença. Cintia compartilha a apresentação e inicia a primeira tela da FIPE. Informa já ter participado diversas vezes das reuniões do COMAM e é sempre um grande prazer participar das reuniões de um conselho tão atuante e tão importante que nós temos aqui dentro de São José dos Campos. No primeiro slide está falando da FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, onde faz parte do grupo técnico contratado para elaboração do plano de desenvolvimento urbano e integrado. A coordenadora técnica é a Rovena Negreiros, que está também participando remotamente. A Rovena coordenou também o plano de ação da macro metrópole. E tem sido fundamental para tocar esse projeto do plano de desenvolvimento do plano integrar. O governo do Estado de São Paulo contratou a FIPE através da secretaria de desenvolvimento regional para elaboração dos planos de desenvolvimento urbano e integrado das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas do Estado de São Paulo. Cintia vai falar sobre o plano de desenvolvimento urbano e integrado, está ainda em fase de desenvolvimento desse projeto, como se constrói um plano desse tamanho, regionalmente e quais são os desafios. Começa pelo PDUI que é um instrumento de planejamento e gestão que foi instituído pela lei federal que é o estatuto da metrópole. Foi aprovado em dois mil e quinze e o principal instrumento de governança Inter federativa. Então, ele define, para orientar as ações governamentais, diretrizes privadas visando sempre o desenvolvimento do plano e regional. O princípio norteador do PDUI é estabelecer as bases para atuação



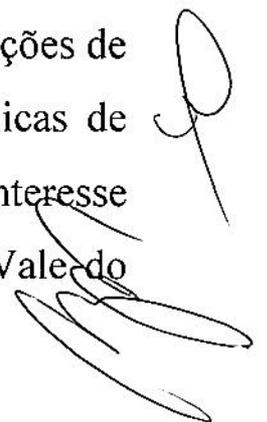
conjunta entre estado e município, garantindo a participação social, ou seja, ela requer decisões compartilhadas entre estados e municípios e sociedade civil, especialmente, no campo das funções públicas de interesse comum. Como se constrói um plano desse tamanho e regional dentro de uma região bem extensa como a nossa, tipo, trinta e nove municípios com uma diversidade imensa. Como que podemos trabalhar e construir um plano dessa monta. A primeira coisa é com conhecimento técnico, base de dados e informações que permitam conhecer a unidade regional como um todo, que é a região metropolitana do Vale do Paraíba e litoral norte. Ele se constrói através de uma articulação política institucional, no sentido de promover diálogo com os municípios e com a sociedade civil, no intuito de criar e formar consensos. Outra questão da construção é da transparência do conhecimento que é gerado dentro desse processo e adota procedimentos que democratizem a construção que depois vai ser validada os seus resultados em audiências públicas. A nossa região é extensa, cheia de diferenças e desafios. O primeiro desafio é contar com base de dados e informações sólidas e atuais, como o senso está atrasado, é um grande desafio para elaboração de um plano de desenvolvimento. Outro desafio é ter a participação ativa das prefeituras e da sociedade civil. As prefeituras estão participando ativamente. No caso de São José dos Campos, temos um grande interlocutor, participando de oficinas e sempre disposto a nos ajudar e abrir tudo que eles têm. Isso foi conversado com o prefeito e todos os grandes projetos que existem na prefeitura de São José que tem

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the bottom, positioned to the right of the main text.

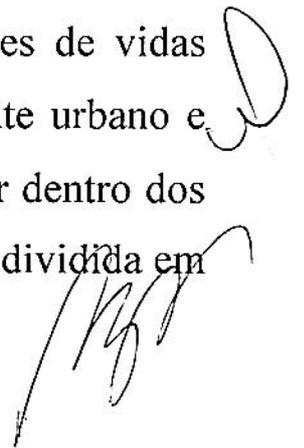
condição de ser replicado regionalmente foram todos abertos e disponibilizados para a equipe da FIPE. Então, isso é um grande desafio e essa participação ativa tem conseguindo. Outros desafios é compreender que o PDUI é um instrumento de política regional e não local. Então isso é uma dificuldade muito grande, porque, geralmente, quando se conversa com os municípios, sempre que eles buscam a questão ou nos trazem a questão local. Lembrando que é um instrumento de política regional e isso exige que se conheça os conflitos, oportunidades, insuficiências de acesso ao serviço público e a infraestrutura, e tentar minimizar os desequilíbrios regionais que existem dessa grande revisão. Outro grande desafio é ter a capacidade de trabalhar muito para formar consenso em torno das prioridades, porque é sempre puxando para o local, na hora de você definir suas prioridades. É sempre complicado termos que ter consenso, porque tudo isso é aprovado e desenvolvido depois pelo conselho de desenvolvimento da região. Então, essa formação de bons senso vem em torno das prioridades definidas em conjunto, mas é bastante difícil. Outro desafio, como sempre, as restrições fiscais e financeiras para fazer frente às ações decorrentes do PDUI. Sempre temos uma verba pequena e um fundo da região metropolitana, mas temos sempre que trabalhar com essas instituições fiscais e financeiras para fazer os planos e desenvolvê-los. Cintia segue falando do que chamamos de construção temática do PDUI. Ele tem que definir diretrizes, de diferentes níveis de orientação para o ordenamento territorial, tanto da área urbana, quanto da área rural. Então, o PDUI,



embora seja um plano de desenvolvimento urbano, integrado, ele trabalha tanto na área urbana quanto na área rural e temos que definir esses níveis de orientação para o ordenamento territorial da região. Para isso, ele estabelece a necessidade de trabalhar com o macrozoneamento regional. O macrozoneamento regional são diretrizes gerais, que oferecem bases para articulação dos municípios contra o ordenamento territorial. O PDUI, que vai definir esse macrozoneamento regional e articular os municípios quanto ao ordenamento territorial. Outra questão dessa construção temática são as estratégias para ação metropolitana. Isso é uma coisa muito importante que a gente tem que buscar articular, o setorial, articulação setorial das políticas públicas, que afetam diretamente a qualidade do território. Então, regionalmente essas estratégias para a ação metropolitana, temos que trabalhar em diversos setores, políticas públicas de diversos setores que afetam diretamente a qualidade do território. Outra questão que existe dentro da condição temática, dentro do plano de desenvolvimento do plano integrado são as áreas de interesse metropolitano. São as porções do território, sujeita a controles especiais. Então, temos que criar planos de intervenção urbana para essas áreas de interesse metropolitano. Temos vários locais da região, e definimos, conjuntamente, essas áreas de interesse metropolitano e os planos de intervenção urbana para essas porções de territórios. Outra questão da construção são as funções públicas de interesse comum. Geralmente, as funções públicas de interesse comum, são definidas quando a unidade regional, no caso, Vale do

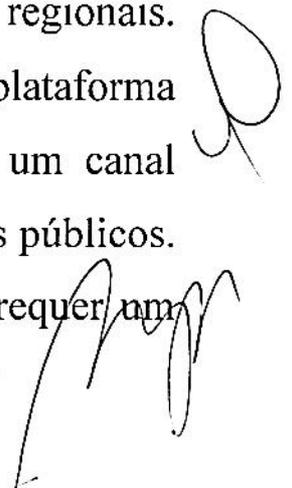


Paraíba e litoral norte. No caso da região metropolitana nossa, ela foi um pouco diferente. Essas funções públicas de interesse comum ficaram a cargo do conselho de desenvolvimento da região metropolitana. Então, ela que definiu quais seriam essas funções públicas através de reuniões. Foram criadas as câmeras temáticas para cada uma delas, isso foi feito pelo conselho desenvolvimento regional, da região metropolitana do Vale do Paraíba e litoral norte. E, dentro da construção temática do PDUI, tem os objetivos do PDUI, que são: estabelecer as diretrizes para os projetos e ação, esses projetos e ação têm que ser capazes de induzir ou estruturar o território, preparando a região ou a unidade regional, para o adensamento de atividades e funções econômicas, e equacionar os passivos sócio ambientais, garantindo condições para o desenvolvimento sustentável. Então, esse estabelecimento de diretrizes, projetos e ações, elas são feitas em conjunto, mas elas sempre com esse foco, de estruturar o território e preparar a região, para atividades e funções econômicas que equacione os passivos sócios ambientais e desenvolvam sustentavelmente a região como um todo. A outra questão é construir consensos e compromissos em torno das questões de interesse comum da unidade regional. Vamos sempre buscar as diferenças, tentar equilibrar um pouco a região como um todo e após propor projetos e ações, buscando condições de vidas adequadas à população por meio da melhoria do ambiente urbano e redução da desigualdade social e territorial. Além de estar dentro dos objetivos, existe um desafio, porque a nossa região ela foi dividida em



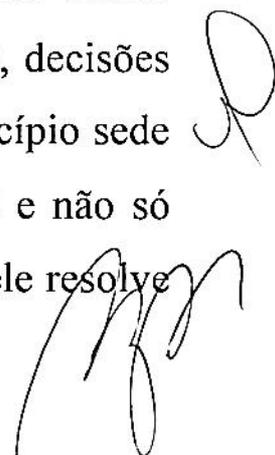
cinco sub-regiões, mas as sub-regiões também são totalmente diversas. Então, assim, é muito difícil trabalhar. E o plano de desenvolvimento urbano integrado, ele tem como objetivo, reduzir essas desigualdades sociais e territoriais da região. Isso é um grande desafio também e um dos objetivos e estruturação do PDUI. Foram feitas oficinas regionais para temáticas setoriais do estado, através do grupo de trabalho do governo de estado. Estamos na primeira parte, trabalhando e depois se preparando para as audiências públicas para também, de onde virão novas sugestões e trabalhos pela sociedade civil durante as audiências públicas. A primeira etapa que trabalhamos foi de estudos analíticos, do ordenamento territorial. O panorama regional e o diagnóstico foram apresentados na oficina, e o ordenamento territorial, um pouco dele e agora está sendo trabalhado no ordenamento territorial da região como um todo. Nessa etapa dos estudos analíticos, foram trabalhados dados e informações e debatidos com a prefeitura, sociedade civil e setorial do governo do estado de São Paulo para ter um resultado trabalhar com a versão preliminar do macrozoneamento regional, com as suas diretrizes, ações estratégicas e também já saíram algumas propostas de áreas de interesse metropolitano e funções públicas de interesse comum. Esse período foi trabalhado de agosto até novembro e a etapa dois, são os relatórios descritivos que eles sistematizam. As contribuições vindas até o momento das oficinas regionais, dos grupos de trabalhos, dos setoriais do estado, esse período é de outubro, novembro, dezembro de dois mil e vinte e um e janeiro e fevereiro de dois mil e vinte e dois. Estamos

exatamente trabalhando nessa fase dos relatórios descritivos. A etapa três, no caso, seria a última etapa, seria a formalização e a finalização dos documentos orientadores. Esses documentos orientadores seriam o caderno final de propostas. O mapa final do macrozoneamento regional e o caderno de sustentação e acompanhamento do projeto de lei no período de junho e julho de dois mil e vinte e dois. Essa etapa dos documentos orientadores de caderno final, propostas, eles já são etapas já que já foram trabalhados na plataforma digital e já está aberta e todos podem entrar e propor alguma coisa, analisar a documentação. Essas plataformas digitais já estão funcionando e então tudo isso vai ter sido trabalhado, para já ter então projeto de lei o macrozoneamento regional e o caderno de sustentação e acompanhamento desse projeto de lei que vai ser aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado. A legislação é dois mil e quinze e depois da aprovação do projeto de lei na Assembleia, as prefeituras têm três anos para adaptar o plano diretor do macrozoneamento e ao plano de desenvolvimento urbano e integrado. Então, por isso, a necessidade, a importância da participação dos entes públicos, privados, na sociedade civil. A gestão do plano de desenvolvimento urbano e integrado, ele deve observar diferentes etapas no processo de participação. Então, a gestão é feita através de oficinas regionais. Grupos de trabalhos setoriais. Audiências públicas. E plataforma digital que são canais. A plataforma digital, no caso, é um canal permanente de interlocução com a sociedade civil e gestores públicos. Então, esse processo de participação na gestão do PDUI, requer um



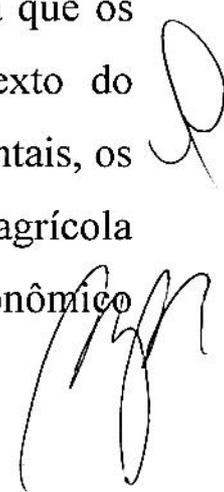
sistema de acompanhamento e controle das disposições do PDUI. Isso vai ser feito e será acompanhado e controlando para ver se está dentro. A outra questão é a principal referência para o conselho de desenvolvimento regional para orientar as decisões e prioridades na destinação de recursos orçamentárias. Então, o PDUI também tem essa fase da gestão e da questão de outros. A destinação dos recursos orçamentários, eles vão ter que estar de acordo com o que foi pactuado dentro do plano de desenvolvimento urbano e integrado. Então, foi feito um cronograma de trabalho, e tivemos a etapa e o plano de trabalho concluído em agosto de dois mil e vinte e um. Na etapa dois, teve o diagnóstico metropolitano que foi em novembro. Depois teve a etapa três que está em curso agora, que é o prognóstico metropolitano e a etapa quatro que é o caderno que vai subsidiar o projeto, a minuta do projeto de lei que deve acontecer em junho, julho de dois mil e vinte e dois. Cintia informa que era isso que queria apresentar, breve para não ocupar o tempo de todos, mas que está a disposição para responder perguntas, para alguma dúvida que vocês possam ter sobre o PDUI, sobre o trabalho que está sendo desenvolvido. Continuando a apresentação a coordenadora Rovena Negreiros que reforça alguns aspectos, antes de abrir o debate. Primeiro, dizer para o COMAM, que a FIPE, junto com a secretaria de desenvolvimento regional ao longo desse processo de condução do PDUI estará à disposição de todas as prefeituras para esclarecer o que é o trabalho, o andamento do trabalho e não só neste conselho, mas em qualquer outro que as prefeituras assim o desejar. E para reforçar

alguns aspectos que acha relevante para chamar atenção junto às prefeituras, em especial, no caso da prefeitura de São José dos Campos que é o município sede e de maior relevância do ponto de vista econômico, demográfico, de oferta de serviços para o contexto, não só do próprio município, mas do contexto regional. Então, é a forma como São José participa nesse processo de construção de atuação conjunta entre estados e municípios e sempre será relevante e determinante para os resultados que se esperam dessas decisões. A nossa experiência com outras regiões, tem escalas maiores de desenvolvimento do que o Vale do Paraíba que é o caso de São Paulo. Qualquer atuação que o município de São Paulo adote tem um impacto, uma repercussão enorme para o conjunto dos municípios. E nem sempre positivos do ponto de vista do desenvolvimento regional. E isso, em vários momentos, já se percebia como os municípios do entorno de São Paulo, se sentiu acuados em entrar nessa jornada do compartilhamento, da criação dos processos pelo peso que São Paulo tinha na região metropolitana. Ele é mais da metade do ponto de vista econômico, demográfico. Então, o que ele decide, ele não está preocupado pelos demais municípios. Só que ele é uma metrópole e causa impacto nesse contexto. E as discussões que se politizarem em torno disso foram perversas para construção de consenso. Então chama atenção para esse aspecto do PDUI. Ele exige idade, decisões compartilhadas. Exige atuação conjunta e exige que o município sede sempre tenha um peso relevante, para o conjunto regional e não só para a questão do seu município. Então, no seu município, ele resolve

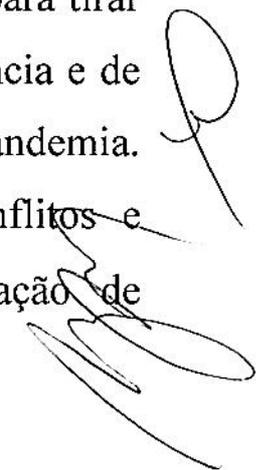


com suas políticas locais. Ou quando ele precisa dos entes federativos, ele negocia diretamente aquilo que é de decisão, é da competência do seu município. Mas quando isso impacta, é porque outras cidades não têm essa mesma capacidade e que só acentua o desequilíbrio regional, e por mais bem feito, tecnicamente, o PDUI seja feito, ele será inócuo do ponto de vista da perspectiva política de sua implantação. Então, com relação às bases para atuação conjunta de estados e municípios, já que estamos falando para a cidade, um conselho de uma cidade que é uma cidade relevante, nesse contexto, é bom que se armem, se desarmem do espírito municipalista quando tiverem nessa jornada de construção do PDUI o que representam e o que podemos contribuir para melhorar esses desequilíbrios. Parte desses desequilíbrios vai onerar o município, e pressionando determinados acessos dos municípios e que pode não se reverter esse desequilíbrio que foi contatado nessa região. Esse é um primeiro aspecto que chama a atenção. O segundo é sobre a transparência do processo de construção do PDUI. Foi criada uma plataforma digital e cada região tem uma plataforma, onde à medida que os documentos que está produzindo são concluídos, e anexados na plataforma digital. Dentro de quinze dias será colocado um conjunto de documentos que a Cíntia relatou da etapa um, que é sobre os estudos analíticos, ordenamento territorial, e será importante para vocês verem alguns conflitos que existem entre a legislação municipal urbanística de um município que afeta o outro, tipo, municípios que não tem uma base, urbana, forte, especialmente de IPTU, eles querem mais é parcelar para ver se eles conseguem ter

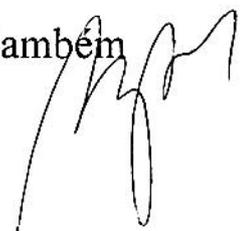
um IPTU razoável. E de repente, a área urbana dele é todo o município que vai ter um conflito por município vizinho que colocou a área de restrição ou urbanização levando a uma pressão desse município que tem um cuidado ou que não precisa dessa vertente, do parcelamento tão intensamente, em áreas frágeis, em áreas sem infraestruturas, em áreas com riscos ambientais. Então, esse estudo do ordenamento vetorial, foi mapeada toda a legislação urbanística dos municípios que tem legislação e dos trinta e nove da região metropolitana, nem todos têm. Para ler esses conflitos foi feita uma legenda unificada do que estava no conceito de cada macrozona da legislação municipal para pensar uma proposta de um macrozoneamento regional. E este macrozoneamento regional que é uma proposta preliminar vai para audiência pública, agora, o ano que vem. Ela tem essa perspectiva não só de olhar para trás e ver o que os municípios pretendem com eles mesmo, mas cruzar com as demandas ou insuficiências de infraestrutura de acesso a serviços e são eles que são a evidências do desequilíbrio regional. Então, esse macrozoneamento foi apresentado para os municípios. Todos foram convidados e nós fizemos reuniões sub-regionais, no Vale do Paraíba. E também fizemos uma rodada desses macrozoneamento por setoriais do estado para que eles entendam aonde que a gente sinaliza que os investimentos de infraestrutura devem ser feitos no contexto do macrozoneamento regional onde acomode os interesses ambientais, os interesses do desenvolvimento urbano e do desenvolvimento agrícola para algumas regiões. No caso do Vale do Paraíba, o peso econômico



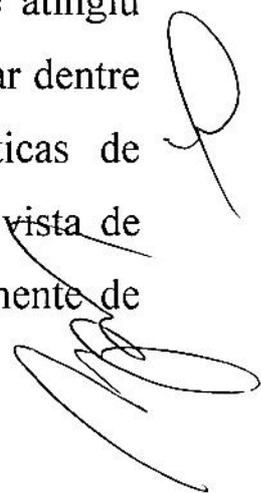
da agricultura, ele não é relevante frente o peso da indústria e dos serviços, mas no caso de outra região como Franca e Ribeirão Preto, o agronegócio é determinante. E não há uma pressão, por exemplo, de transformar área rural em urbana, porque área rural vale muito mais que área urbana. Então, os municípios não têm interesse, São realidades muito diferentes que o PDUI trata para cada uma delas. E a transparência da plataforma é exatamente para vocês conhecerem o tipo de análise que a gente fez com base nos dados que nos foram passados por prefeituras, no caso da prefeitura de São José dos Campos. Todos os projetos estratégicos em curso e que muitos deles tem sim uma perspectiva de se tornar, deixar de ser um projeto municipal e poder ser um projeto regional e isso foi incorporado, dois produtos relevantes que são o panorama regional, onde tem toda uma leitura dessas dinâmicas urbanas, econômicas, setoriais e o diagnóstico que é uma leitura transversal. A leitura transversal é o que impacta o desenvolvimento urbano ou desenvolvimento econômico impacta na questão ambiental? Quais os riscos que as questões ambientais estão impactadas por um perfil de desenvolvimento econômico? Então, essas análises todas que são muito técnicas, elas estão disponibilizadas a partir de segunda-feira, esses documentos para cada plataforma e esse é o canal que será estabelecido para tirar dúvidas e receber contribuições. Esse é o canal da transparência e de interlocução que foi montada, em especial por conta da pandemia. Outro ponto que chama a atenção é conhecer esses conflitos e minimizar os desequilíbrios, que vai impactar na formação de



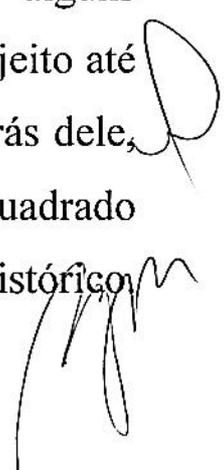
consenso para buscar recursos. Então, certamente, um município que não tem saneamento, para ele ser mais prioritário do que o município de São José dos Campos. A perspectiva de que este é um item que minimiza o desequilíbrio regional precisa ser discutido profundamente entre o estado e o governo do estado que poderá, através da SABESP ou no caso de apoiar a tomada de recursos para fazer investimentos. Sabemos que nem todos os municípios são SABESP nessa região, mas enfim em detrimento de outro, que não se consegue colocar todas as questões na mesma cesta de recursos, porque não há recursos para fazer tudo. Portanto, definir prioridades para poder alocar recursos, é fundamental, porque senão fica aquela briga de estica e puxa e não tem dinheiro para fazer nada e não faz nada. Rovená finaliza sua apresentação e se coloca a disposições para tirar dúvidas referentes aos processos de construção do PDUI. Manara agradece a Rovená e Cíntia. Antes de passar a palavra aos inscritos, também quer contextualizar, porque são discussões muito importantes e reforça para que todos os conselheiros, principalmente, que levem às suas instituições, as suas interlocuções, esse espaço da plataforma digital. Atentem para o cronograma, vamos nos apropriar do conhecimento da análise, é, desse fato material que estará disponível a partir de segunda-feira, e o histórico desse colegiado, poder contribuir no processo de construção de um documento de tamanha relevância. Lembrando que esses temas têm um paralelismo de discussão que listamos aqui, em discussão, no PDUI, e no dia 15, a pauta do zoneamento ecológico econômico, que fala de muitos dados também

para São José dos Campos sobre esse enfoque do zoneamento ecológico econômico. Amanhã, o comitê de bacias delibera sobre o plano de bacias que também, a exemplo do que a Rovenia encerrou agora, falando da questão de um tema que é saneamento que é muito importante, para toda a região do Vale do Paraíba. A plenária do Consema aprova o plano de bacia que traz toda a estratégia de atenção a esse item, dentre outras coisas dos investimentos do estado, dos alinhamentos, dos planos e ações. Então, o plano de bacia é também uma política pública, de alta relevância que também caminha nessa discussão sobre ocupação e investimentos. Temos também, em São José dos Campos, envolvendo sete municípios, a coordenação do PDPA, lei de mananciais da bacia do Jaguari, que envolve sete municípios. Também trata de novos zoneamentos, como a Cíntia Gonçalo alertou no início. Esse documento tem tamanha relevância que os municípios vão ter que se adequar ao plano diretor. Então são discussões de grande relevância, de grande profundidade, porque elas impactam sim toda a dinâmica dos municípios para que tenha um comportamento de região metropolitana. Manara informa a todos os conselheiros que, nessa semana, São José dos Campos foi reconhecido na premiação do município agro. É a primeira vez que São José dos Campos tem certificado como município que atingiu cinquenta e cinco pontos. Ficou em quinquagésimo nono lugar dentre quatrocentos e dez municípios, em razão as suas políticas de desenvolvimento do setor rural. Não somente do ponto de vista de produção, a premiação município agro não trata especificamente de

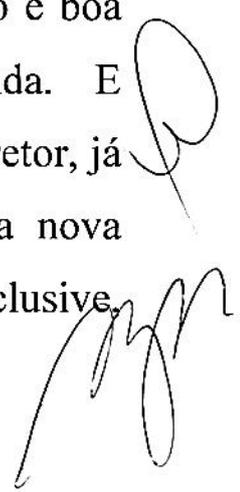
A large, stylized handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is cursive and appears to be the name of the speaker or author of the text.

quanto se produz, mas sim de aspectos importantes e relevantes como cidadania no campo. Então, são vários os indicadores e foi uma premiação bastante importante que dá essa atenção ao novo olhar da gestão pública para com o seguimento rural. Foi uma premiação que muito nos honrou e o vice-prefeito Anderson esteve no palácio bandeirantes essa semana para receber essa honraria. São José recebe com isso trinta mil reais. A importância não está no valor, mas foi um dos dois únicos municípios que conseguiram a certificação do Vale do Paraíba inteiro. Com a palavra Lincoln Delgado que cumprimenta Cintia e Rovená, e gostaria de destacar sobre esse assunto tão importante e acha que um ponto central de hoje é falar em desenvolvimento regional, que é o fato e a Rovená colocou com bastante propriedade que algumas regiões do estado, agricultura é pujante, a agropecuária é pujante, a zona rural. Mas no Vale do Paraíba, temos um lado São Paulo com seus vinte milhões de habitantes e do outro lado Rio de Janeiro com outros quinze milhões de habitantes e de carro, temos hoje estradas, bastantes acessíveis. Sem contar, cidades grandes, como São José dos Campos, com quase setecentos mil habitantes. O nosso primeiro entorno de São José, o despraiamento que está havendo para zona rural da zona urbana. Os vinte mil metros, de módulo mínimo, trinta mil metros e alguns municípios, hoje, são peças de ficção. Muitas dessas leva o sujeito até a compra os trinta mil metros para poder registrar, mas por trás dele, tem alguns proprietários a mais, ou em regiões com o metro quadrado caro, como São Francisco Xavier ou naquela região do Vale histórico.

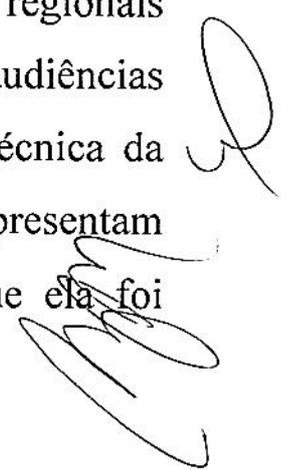


Loteamentos com centenas de famílias, às vezes pessoas de boa renda, mas que não encontra um loteamento adequado, um tamanho adequado. Hoje, mil metros, em São José, quase dois milhões de reais. Quando um sujeito compra um lote desses por setenta mil reais, no máximo, ele faz o seu sítio de lazer e isso tem acontecido em São José, Jacareí, Monteiro Lobato, São Francisco Xavier para dizer só da influência de São José. Quando vamos ao Vale histórico, temos visto muita gente do Rio de Janeiro comprando propriedade e muita gente paulistana também. É o que aconteceu com a pandemia e com a possibilidade, hoje, de você ter um WI-Fi, no seu sítio e muitas dessas pessoas estão ficando vários dias da semana, senão, morando nessas propriedades. E quando muito tem que ir para o Rio de Janeiro, São Paulo, São José pelo menos duas vezes por semana e o restante morando nesses lugares. Muitos produtores rurais como exemplos leiteiros, estão deixando de produzir, como exemplo cita o conselheiro Renato Veneziani, de uma família tradicional de produtora de leite. Muitos deles acabam vislumbrando essa propriedade como algo que pode ser parcelado em glebas maiores, e gera uma fonte de recursos. Lincoln pede a Cíntia e Rovená, que se imponham, regionalmente, uma reflexão no sentido, de uma São José uma cidade mais de vanguarda e mais atenta. Que o plano diretor, já está desatualizado, já que temos uma explosão de ocupação em torno da zona rural, não só de São José, mas no entorno todo. E as pessoas não querem vinte mil metros, cinco alqueires, elas querem alguns mil metros quadrados para ter ali um lazer e um animalzinho. Assim.

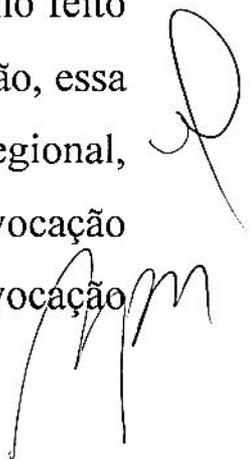
apela a Cíntia e a Rovená para que verifiquem uma nova caracterização da zona rural, no Vale do Paraíba e isso precisa ter uma maior atenção. As represas têm sido também indutoras disso e um ponto de atração muito grande de atrativo dessas pessoas. Com a palavra doutora Fernanda Fowler que cumprimenta a todos, parabeniza Cíntia e Rovená pelo desenvolvimento deste trabalho. Elogia Lincoln pelas palavras, acredita que tenham realmente que observar o que ele falou e que é preciso planejar o desenvolvimento e esse enorme desafio de todas essas cidades. Vocações diferenciadas assim como a fauna e a flora que também são diferenciadas. Então, seguir e enxergar cada local de forma particular. Porque se impor um tipo de desenvolvimento peculiar de uma cidade para outra, isso não vai dar certo. E que sem planejamento é muito difícil você conseguir adimplir os três pilares do desenvolvimento sustentável. Então, uma forma muito boa de vocês conseguirem planejar esse desenvolvimento, impor as limitações que o meio ambiente precisa, porque ele precisa de respeito para ter esse desenvolvimento sustentável. Ele realmente precisa de limitações, mas essas limitações quer dizer que vai diminuir o valor ou vai dificultar alguma coisa. São limitações necessárias para que a gente tenha um desenvolvimento sustentável em longo prazo. Então, deseja sorte a esse projeto e boa sorte nesse desafio. Manara agradece doutora Fernanda. E respondendo a fala do Lincoln, que, na elaboração do plano diretor, já pesquisamos muito sobre a possibilidade de trazermos essa nova configuração, essa nova realidade tratada do urbano. Inclusive,

A large, stylized handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is fluid and cursive, with a prominent loop at the end.

informa a todos que foi até Campinas, na UNICAMP e tem um projeto urbano. A doutora Leira já conduz há muitos anos. E não podemos fazer restrições legais, já que a lei é federal e não enxerga para além da dicotomia entre os territórios urbanos e rural. Então, não encontramos respaldo legal para criação de bolsões que já tinham essa característica de um tecido Rurbano, mas com especificidades e características próprias, com o perfil próprio de usuário, de ocupante, de morador, e foi uma frustração não trabalhar isso na construção do plano diretor em São José dos Campos. Lincoln pede a palavra para complementar que andou estudando esse assunto e parece que em Porto Alegre, existe o zoneamento, o último que foi feito em dois mil. E, classificou algumas regiões como Rurbanas, e com algumas caracterizações especiais e conseguiu fazer um plano diretor que contemplasse. Com a palavra Rovena que responde as observações da doutora Fernanda. De que o trabalho não está sendo feito por elas, mas em conjunto com os municípios, com a sociedade civil e com setoriais do estado que respondem pelas funções públicas de interesse comum. A equipe da FIPE é só uma equipe técnica que reúne informações, faz análises técnicas, apresenta para prefeituras como foram feitas nas oficinas regionais. Apresentam para os setoriais como foram feitas nos grupos de trabalho e apresenta nas oficinas regionais também para sociedade civil e com novas rodadas nas audiências públicas. Então, esse trabalho não será fruto da posição técnica da FIPE, pelo contrário, nós teremos que observar e todos apresentam propostas via plataforma, e, nós vamos justificar, por que ela foi



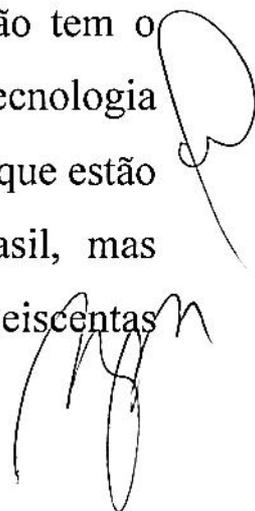
incorporada tecnicamente ou por que ela foi rejeitada do ponto de vista técnico? Então, esse não é um trabalho feito por nós. Ele tem apoio técnico da FIPE, mas ele é uma construção coletiva entre governo do estado, municípios, agências, no caso de vocês e que a FIPE dá um apoio técnico e logístico, montando uma base de dados que será disponibilizado. Toda base de dados que estamos atualizando tem um banco de dados que foi construído por temas, áreas temáticas e depois do ponto de vista transversal, toda cartografia. Então, tudo isso será disponibilizado para que todo mundo possa, inclusive, as universidades chegar à veracidade do argumento técnico frente à base de dados. Mas o plano de desenvolvimento urbano integral das regiões metropolitanas, ele é um instrumento político. Ele é um dos instrumentos onde governo do estado e prefeituras e sociedades civis vão dizer eu quero isso para região ou eu não quero isso para região. Portanto, a participação via plataforma com propostas, participar das audiências, ter participado das oficinas ou dos GTs e muito do que tem foi apresentado nas oficinas regionais foram incorporadas. Nós tivemos chances de fazer uma reunião específica com a secretaria de urbanismo da prefeitura de São José com relação às interpretações que nós tínhamos da legislação urbana deles. E nos adequamos, porque vimos que nós estávamos errados. Então, este não é um trabalho feito por nós, ele é um trabalho que tem apoio técnico da FIPE. Então, essa é a primeira coisa. A outra, com relação ao desenvolvimento regional, nós temos que tomar muito cuidado quando a gente fala em vocação de município. Eu não acredito que nenhum município tem vocação



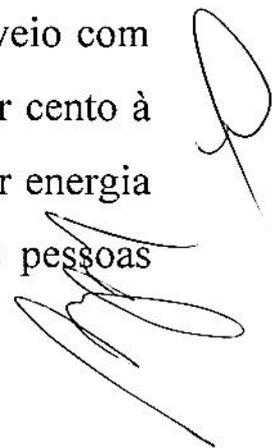
para ser pobre, para ser esquecido, no desenvolvimento regional. E quando falava em vocação é para retomar a história do Vale do Paraíba e se fosse permanecer na história do Vale do Paraíba, vocação dele era para ser plantador de café e hoje ele é o expoente da indústria. E mais da inovação tecnológica que esse país tem pelo CTA, a tradição industrial do Vale do Paraíba não tem nada a ver com sua vocação do passado. Então, o que a gente tem é que estimular mudanças de paradigmas para que de fato minimize o desequilíbrio regional que essa região tem. Não se podem confinar algumas populações por menor que elas sejam, em determinados municípios, porque elas não têm acesso viável a bens e serviços, que a gente acha que todo mundo tem direito. Não somos nós que estamos nas cidades que tem esses acessos e vamos manter a concentração que vão preservar ou proteger. Então, a palavra sustentabilidade, ela é mais relevante do que a gente impor uma marca de vocação que pode não levar a minimizar o desequilíbrio regional que estamos falando. O Vale do Paraíba tem dois eixos dinâmicos, o litoral norte e o eixo da Dutra, mas com ativos ambientais que podem agregar valor econômico e que isso precisa reverter em benefícios daqueles municípios. Então, para minimizar essa questão da vocação, Rovena diz que sempre fala que ninguém tem vocação para ser pobre. Todo mundo gostaria de ser rico e poderia fazer movimentos para melhorar essa sua posição. E isso envolve uma série de ações de políticas públicas convergentes para os objetivos que se quer alcançar. No caso das questões que o Lincoln falou tudo isso já vem nas nossas análises



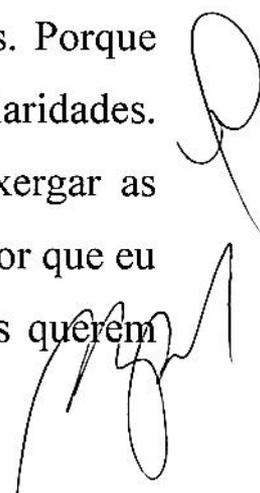
e isso tem a ver por duas ações, dois motivos. Um: pela mudança também do padrão tecnológico, que permite que as pessoas possam estar em qualquer lugar e se falar. Então, a tecnologia vai mudar a forma de viver das pessoas. E isso está no governo do estado, o impacto que essa revolução da telecomunicação e que só foi possível enxergar de perto com a pandemia, porque isso já estava em curso, como o tele trabalho. Isso não é ruim nem do ponto de vista do desenvolvimento econômico social para qualquer região e não é um fenômeno do Vale do Paraíba. Com relação às cidades de Ribeirão Preto e Franca, se ganha dinheiro mais fazendo atividade agrícola do que atividade urbana. Então, para ele não importa fazer parcelamento em área rural. Se ele tem a chance de ser uma commodity internacional que pode alimentar o mundo, para que ele vai querer botar meia dúzia de pessoas num condomínio? Não faz sentido para eles. Em Ribeirão Preto, eles querem mais é verticalizar, fazer apartamentos de alto padrão, porque quanto menos legislação para ele melhor, porque eles querem ganhar dinheiro com a área rural. Agora, no caso do Vale do Paraíba, a agricultura não tem representatividade interna na região e nem no contexto do estado. Então, para o estado, ela não contribui. Então, explorar isso, do ponto de vista, como ativo econômico, é fundamental para essas questões. E, felizmente, a gente não tem o senso, porque a gente não sabe a voracidade do que a tecnologia permitiu do trabalho remoto com essas migrações de retorno que estão acontecendo em várias regiões do estado e fora do Brasil, mas estamos acompanhando. Em Nova York, saíram mais de seiscentas



mil pessoas de Manhattan para morar fora e continuar todo mundo lá trabalhando. Como não temos o senso, não conseguimos dimensionar o impacto nessas pressões de novas ocupações que chamamos de ocupações urbanas e bolsões rurais. Campinas tem uma legislação sobre isso, que, na realidade, é preciso avaliar o quanto isso pode causar prejuízo para sustentabilidade da região e quanto isso pode ser benéfico para algumas cidades. Isso tudo tem que ser visto com muito cuidado, porque senão vocês podem jogar fora o ativo que pode trazer a população para um patamar econômico e social melhor do que eles estão sujeitos. Claro, sabendo que é a paisagem, o valor histórico, tudo isso é ativo econômico, não para estar imobilizado e sim para ser usufruído. Manara complementa as palavras de Rovená, e adiciona o ativo a commodities, uma das mais importantes que nós temos que aprender a enxergá-la, valorizar que é a água. Da produção de água, essas regiões rurais do Vale do Paraíba abastecem quarenta milhões de pessoas, três regiões metropolitanas, a maior complexidade urbana, industrial da América Latina. Então, também sobre isso que nós queremos ver no PDUI, uma atenção especial a água, porque é pauta, de outras políticas públicas que falei há pouco. Com a palavra Cíntia, que acha que essa questão da zona rural do Lincoln não é uma questão recente, mas aconteceu. E realmente, talvez, essa explosão que a gente não tem uma medida correta ainda. A prefeitura de Igaratá veio com tudo por causa do PDPA, teve um aumento de cinquenta por cento à população de Igaratá e cresceu agora na pandemia. Então, ter energia elétrica e a questão da Wi-fi que resolve o problema e as pessoas

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'Cíntia' and the initials are 'R' and 'M'.

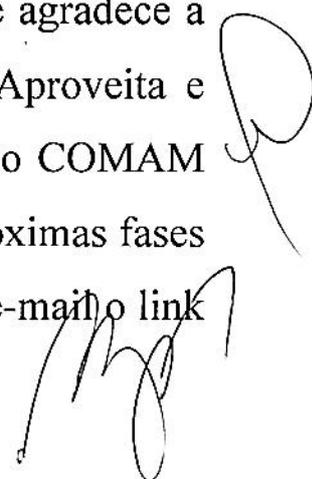
estão realmente ficando morando. Então, aumentou e eles queriam saber como vai ser trabalhado isso, porque eles estão dentro do PDPA. É uma preocupação, pois isso realmente foi uma coisa que aconteceu em tudo quanto é lugar. As zonas rurais passaram a ter uma importância muito melhor. Essa questão que a Rovená coloca, eu acho que é muito importante da gente não perder também o timing disso ser um ativo, positivo para a cidade e de repente, por causa de uma restrição, e ficamos preocupados com aquilo acontecendo de repente e acaba perdendo, de usufruir esse ativo, um ativo produtivo. Eu acho que o ponto colocado pela Rovená é importante, da gente lembrar que não se pode amarrar nessas vocações. Temos que entender todos ativos que existem e que talvez sejam vocações, mas os grandes ativos ambientais e outros tipos que existem nessa cidade, mas que possam trabalhar e colocar essa cidade para cima, porque estamos procurando e buscando realmente reduzir a desigualdade. Então, o fato da gente trabalhar com esses municípios e tentar sempre buscar esses ativos para melhorar a qualidade de vida e reduzir a desigualdade é muito importante, mas sem perder de vista. Com a palavra doutora Fernanda Fowler que esclarece que na verdade, vocação que falou foi mais no sentido de enxergar as diferenças de cada município, não no sentido de pobre ou rico, mas no sentido de enxergar as diferenças. Porque assim não são todos os municípios iguais. Eles têm peculiaridades. Então, a vocação falou foi nesse sentido de conseguir enxergar as peculiaridades de cada local e não construir um padrão e impor que eu tenho certeza que não é esse o objetivo do plano. Se vocês querem



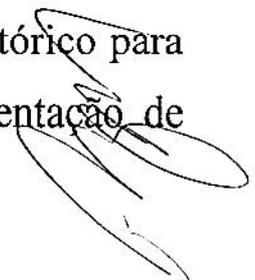
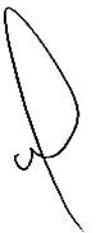
reduzir a desigualdade é justamente o contrário. É aumentar o que precisa ser aumentado e diminuir o que precisa ser diminuído. Como na Constituição, precisamos respeitar as diferenças. As diferenças as quais se falou foi sobre uma fauna diferente, uma flora diferente. E para reforçar a fala do Manara, é preciso lembrar que somos uma região produtora de água, não só para São Paulo como para Rio de Janeiro também. E essa é uma vocação do Vale do Paraíba que deve ser colocada como norte, para esse planejamento regional. E muitos desses proprietários têm transformado passos degradados em árvores. É preciso lembrar também que eles querem ficar na natureza e tem transformado a paisagem muitos de maneira positiva, mesmo que com esse adensamento que é da zona rural. Manara pede que Cintia e Rovena informem a plataforma para que os conselheiros tenham acesso aos documentos disponibilizados do PDUI. Rovena informa que já colocou o endereço no chat para quem quiser ter acesso a plataforma. Já se familiarizar, inclusive, do canal de apresentar propostas. E também está disponibilizando os documentos que foram finalizados agora, no dia 27 de novembro, que foi entregue para a secretaria. Depois que a secretaria valida esses documentos é que pode subir para a plataforma. E como a gente está fazendo esses trabalhos, em conjunto com as prefeituras e para o governo de estado, em algumas regiões, inclusive, é o caso do Vale do Paraíba, o documento chamado ordenamento territorial, no caso de São José dos Campos, ele solicitará ajustes da nossa interpretação. Ajuste esse que foi acatado. Então aquele documento que foi entregue para secretaria



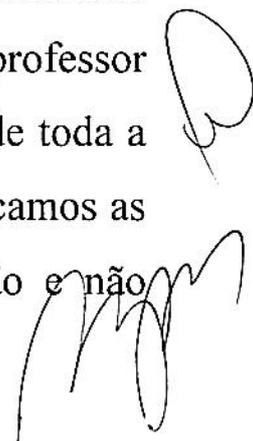
no dia vinte e sete, com prazo dado até dia cinco para que as prefeituras desse a devolutiva e agora fazendo esses ajustes das devolutivas da prefeitura para poder fazer esse documento. Refazer o documento do ordenamento territorial que também vai para a plataforma digital. Então, vão ter lá três documentos, toda análise que foi feita do ordenamento territorial, toda análise que foi feita do panorama regional, um documento que podemos olhar a inserção regional, aquilo que o Lincoln falou sobre o Vale do Paraíba está entre as duas maiores metrópoles que é Rio de Janeiro e São Paulo. As questões todas de água, energia, inovação tecnológica, saúde, educação, é, as questões de emprego e renda. As questões de investimentos que estão sendo programados e anunciados. Tudo isso está no panorama e mais da capacidade ou não das regiões fazerem gestões compartilhadas. São José tem um ativo importante que podem fazer a diferença ao incorporar tecnologias em serviços é, nas atividades comerciais, mesmo nas indústrias tradicionais da qual a configuração industrial mudou totalmente. Então, temos até junho do ano que vem para pactuar entre estado, município e sociedade civil com apoio técnico da FIPE para construir aquilo que politicamente esses atores envolvidos podem entender que é o que querem para os próximos dez anos para essa região. Manara parabeniza e agradece a Rovená e Cintia, pelo trabalho desenvolvido até aqui. Aproveita e reforça o convite a todos os conselheiros e instituições do COMAM que realmente, possamos nos debruçar e contribuir nas próximas fases que virão. Nossa secretaria executiva vai encaminhar por e-mail o link



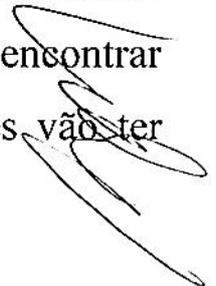
a todos os conselheiros e a apresentação de hoje. Foi uma enorme contribuição que vocês trouxeram para que nós pudéssemos conhecer um pouco mais dessa oportunidade, de construir conjuntamente mais uma política pública de alto-relevo para o desenvolvimento do Vale do Paraíba. Rovená agradece em nome da FIPE e também da secretaria da qual presta serviços à oportunidade de esclarecer um pouco mais do trabalho realizado e pede a participação de todos para que os consensos possam ser estabelecidos e que esse plano não seja só um plano, mas seja o desejo de todos. Na sequência Manara faz um relato do processo de criação do cerrado. Inicia informando que foram feitas duas audiências públicas no CAIC Dom Pedro que teve a participação presencial de vinte e cinco pessoas. Onze pessoas participaram remotamente. Importante destacar três presidentes e sociedade amigos de bairro do Interlagos, o do próprio Dom Pedro e do Campo dos Alemães. Na audiência do centro, no dia seguinte, teve a participação de trinta e três pessoas participando presencialmente. E dezesseis pessoas participando de forma remota. Esse colegiado esteve representado pelo Lincoln Delgado, mas faz uma crítica, na verdade, porque se surpreendeu o fato de que nenhum outro conselheiro participou de nenhuma das duas audiências públicas, já que colocou o assunto nas duas audiências que é a criação do Parque do Cerrado, é uma pauta do COMAM de muitos e muitos anos. O Jefferson nosso vice-presidente esteve lá presencialmente. Tivemos a construção desse caminho que resultou nesse momento histórico para São José dos Campos. Uma primeira parte com a apresentação de



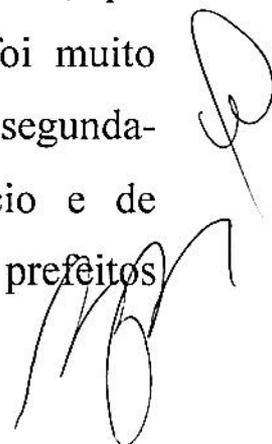
vídeos de convidados, o proprietário da área, que doou trinta hectares para receber o Parque do Cerrado, fez uma manifestação. O presidente da Anamma, Cláudio Scale, conselheiro também do Consema. Mário Mantovani da SOS Mata Atlântica trouxe um relato muito importante, muito desafiador hoje você conseguir construir consolidar uma unidade de conservação de proteção integral em área urbana. O professor Ademir Moreli que foi um dos percussores dos estudos científicos ao demonstrar aquela riqueza daquela região. O prefeito Felício Ramuth, logicamente, porque foi um defensor desde dois mil e dezessete, que ele acreditou nessa ideia. Ele, o vice-prefeito Anderson, sempre foi entusiasta. Foi uma postura de apoio e são assim defensores e entendem, compreendem o ganho para toda sociedade para São José dos Campos e para o bioma cerrado. Também registramos a presença dos manifestantes do bosque Betânia, que prestaram apoio à criação da unidade de conservação do cerrado. Foram dois dias de muita contribuição técnica, parabenizar a equipe da Seurbs, a equipe da DGA, que demonstrou às especificidades técnicas, a grande biodiversidade, às razões pelos quais aquela área é uma área bastante representativa do bioma do cerrado. Por isso que ela veste perfeitamente na transformação de uma unidade de conservação de proteção integral. Então, discutimos, na audiência pública, algumas cautelas e alguns questionamentos do professor Moraes e outra pessoa por chat propondo ao congelamento de toda a região até que se discuta o plano de manejo. Então, nós colocamos as cautelas de justamente ter como instrumento de negociação e não



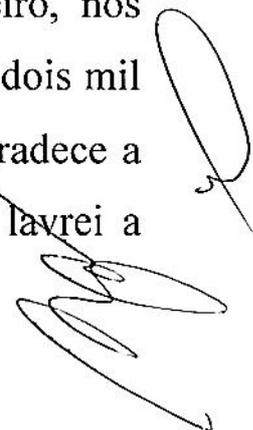
bloquear discussões futuras, um assunto delicado, uma unidade de conservação, ela tem impactos na sua área vizinha. Uma negociação que deve ter muita cautela, muita estrutura política. Deve ter muita atenção, porque não é uma criação simples, a unidade de conservação de proteção integral em área urbana. São muitos os desafios e os interesses envolvidos. Então temos que ter cautela justamente para privilegiar a possibilidade de que nós tenhamos proprietários que se interessem em participar dessa engenharia financeira que, aliás, foi uma engenharia financeira muito bem construída. Lembrando que o poder público não desembolsou um centavo para oferecer para toda sociedade trezentos mil metros quadrados. A proposta é o congelamento de toda região, que, sem dúvida nenhuma, iria afugentar qualquer estratégia de negociação. A construção financeira é uma doação de área. O proprietário ainda por conta daquilo que ele vai se desonerar na proteção, na cláusula de zelo que todo proprietário tem, com relação à quando você proprietário de um atributo ambiental daquela relevância, você automaticamente tem uma cláusula de zelo que é muito cara. Então, em troca da desoneração ao proprietário, ele vai participar da consolidação do receptivo do portal, do cercamento da área e quatro anos de manutenção. Então, essa foi a construção financeira com alta vantajosidade para o poder público, para a sociedade Joseense que ganhou um parque dessa relevância e sem ter o desembolso de um centavo. Foi o que alertamos ao belíssimo movimento do Bosque Betânia, que caminhasse para encontrar alternativas tão criativas como essa, que sem dúvidas, eles vão ter

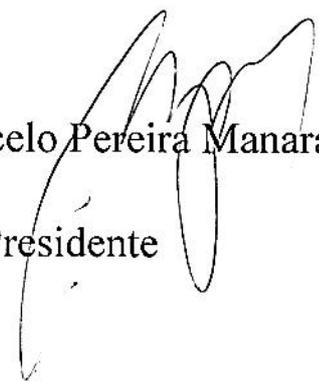


sucesso no pleito da consolidação no Bosque Betânia, não como unidade de conservação, mas como um bosque, como uma área verde, urbana. Então, com isso, São José dos Campos tem garantia que os seus biomas, as suas condições excepcionais dadas pela floresta no Parque Augusto Husk, na zona norte. Pela Várzea do Paraíba do Sul com o parque natural municipal do banhado, ameaçado, estamos mantendo, a todo custo, inclusive, judicialmente, o seu polígono, a sua importância, embora alguns queiram ainda que ele seja desafetado para poder regularizar a ocupação na nova esperança, mas a prefeitura não arreda pé disso. Estamos mantendo isso no judiciário, dada à importância dessa unidade de proteção integral que é o parque natural municipal do banhado. E agora ganha também o cerrado, a sua unidade de conservação, respeitando, inclusive, o nome da cidade, São José dos Campos, cerrados e que já fazia a época alusão a essa condição especial do próprio estado. Com a palavra doutora Fernanda Fowler que informa que nas audiências públicas foi representada pela doutora Marta Rizzi, secretária da comissão de meio ambiente da OAB, que esteve no local presencialmente. Que tentou acessar via link, mas teve um problema logo no acesso, mas que tentou acessar por várias vezes. Manara responde a doutora Fernanda que o link foi hackeado, mas agradece a participação da doutora Marta Rizzi, que foi conselheira, no conselho gestor do plano diretor, e foi muito participativa. E como última informação, Manara avisa que segunda-feira, terá a primeira plenária de prefeitos do consórcio e de licenciamento ambiental do Vale do Paraíba. Serão cinco prefeitos

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be the name 'Manara'.

que vão fazer essa primeira reunião dando mais um passo fundamental para o início e já é uma realidade. A plataforma eletrônica já está bastante avançada, a sede já está designada aqui em São José dos Campos, com apoio da prefeitura de São José. O Felício disponibilizou a plataforma e a sede para que o consórcio possa funcionar. Então, segunda-feira, teremos a primeira plenária, onde vai ser indicado o secretário executivo e acreditamos que entre janeiro e fevereiro, o consórcio já estará recepcionando protocolos para o licenciamento ambiental que já discutimos aqui em plenária. Aproveitando a última reunião do ano, Manara deseja a todos um feliz natal, boas festas, que tenhamos dois mil e vinte e dois um ano que se aproxime mais do normal. Que todos mantenham suas cautelas, sua expectativa de que dois mil e vinte e dois, o COMAM terá ainda pautas mais relevante e uma participação bastante ativa. Agradecer a todos a contribuição que tiveram ao longo desse ano. Parabenizar, especialmente, em nome da Marisa, que teve um desempenho à frente da secretaria executiva bastante eficiente, que nos facilitou muito a vida aqui. Deu uma organização efetiva, não só para o COMAM, agora ganhou o conselho de desenvolvimento rural também de presente de natal. Mas agradecer a todos os conselheiros e desejar a todos boas festas. Feliz ano dois mil e vinte e dois. Janeiro, nós estaremos já com a grade de reuniões já aprovada para o ano dois mil e vinte e dois. Nada a mais a tratar, o Presidente Manara agradece a todos, encerra a reunião e eu Marisa do Prado Sá Durante lavrei a presente ata.





Marcelo Pereira Manara

Presidente



Marisa do Prado Sá Durante

Secretária Executiva

